

TONY ROBSON DA SILVA

**A (NECESSÁRIA)
CONVENCIONALIZAÇÃO
DA REGULAMENTAÇÃO
MIGRATÓRIA BRASILEIRA**

**um estudo à luz do Sistema
Interamericano de Proteção
dos Direitos Humanos**

**EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2021**

Copyright © 2021 by Tony Robson da Silva

Categoria: Direitos Humanos

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

1193922

S586n

Silva, Tony Robson da

Da (necessária) convencionalização da legislação migratória brasileira :
um estudo à luz do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Hum-
anos / Tony Robson da Silva. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2021.
220 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 181-197.

ISBN 978-65-5510-438-7

1. Controle de convencionalidade. 2. Direitos humanos. 3. Emigração e
imigração - Legislação - Brasil. 4. Responsabilização internacional. 5. Con-
vencionalização. I. Título.

CDD 341.480981

Sumário

Prefácio	XVII
Apresentação	1
1. Introdução	3
2. A proteção interamericana dos Direitos Humanos dos migrantes	11
2.1 Aspectos gerais do sistema interamericano de proteção dos Direitos Humanos	11
2.2 Carta da OEA, DADDH, CADH e demais instrumentos normativos do sistema interamericano.....	23
2.3 A proteção interamericana jurisdicional dos Direitos Humanos aplicada a pessoas em situação migratória.....	31
2.3.1 A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)	31
2.3.2 A Corte IDH e os <i>Estándares</i> Interamericanos de Proteção dos Direitos Humanos dos Migrantes.....	39
3. A convencionalização do ordenamento jurídico estatal e o controle de convencionalidade	77
3.1 A força normativa dos instrumentos internacionais e a obrigação geral de adequação do ordenamento jurídico interno.....	79
3.2 A origem do controle de convencionalidade	90
3.3 Parâmetros gerais do controle de convencionalidade: conceito, fundamento, competência e natureza jurídica	94
3.4 O controle de convencionalidade interamericano	100
3.4.1 Parâmetros Gerais.....	100
3.4.2 Espécies.....	102
3.5 O controle de convencionalidade doméstico.....	103
3.5.1 Parâmetros Gerais.....	104
3.5.2 Espécies.....	106
3.5.3 Competência	110
3.6 Efeitos do controle de convencionalidade	115

4. O Brasil e a sua controversa política migratória	119
4.1 O Constitucionalismo brasileiro e o tema das migrações	123
4.2. Do estatuto do estrangeiro à nova lei de migrações	136
5. O dever de convencionalização da legislação migratória infralegal brasileira	153
5.1 A regulamentação da política migratória brasileira através de atos normativos.....	154
5.2 A regulamentação da política migratória brasileira em tempos de Pandemia da COVID-19	163
5.3 A (in)convencionalidade da legislação migratória brasileira: uma análise de convencionalidade do Decreto 9.199/2017, da Portaria nº 666/2019, da Portaria nº 770/2019 e da Portaria PR nº 340/2020	166
6. Conclusão	175
Referências	181
Posfácio	199